

## Educomunicação, uma prática social

Entrevista com Ismar de Oliveira Soares<sup>1</sup>

### Apresentação

O emergente campo da educomunicação é permeado pela participação ativa de alguns pesquisadores que dedicaram boa parte de sua atuação acadêmica a um tipo de prática científica que vai muito além da reflexão de gabinete. O laboratório é uma das marcas dessa abordagem que transita entre as esferas comunicacional e educativa. Nessa seara, o nome do professor Ismar de Oliveira Soares aparece como um dos principais atores que desde os idos dos anos 1970 vem desenvolvendo experiências e reflexões sobre Comunicação e Educação.

O compromisso com a formação de alunos das redes públicas, principalmente mas não exclusivamente, orienta boa parte dos projetos desenvolvidos em parceria com secretarias de estado ou municipais desde 1980. Em entrevista à Revista de Estudos Universitários (REU), Soares rememora alguns dos principais trabalhos desenvolvidos ao longo das últimas três décadas passando pela implementação do curso de graduação em Educomunicação na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

---

<sup>1</sup> Professor titular da ECA-USP, presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais da Educomunicação (ABPEducom) e membro do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional (2015-2017). Seu trabalho é referência obrigatória para os interessados em educomunicação não apenas no Brasil.

**REU:** O neologismo Educomunicação ganha uma conotação distinta ou específica na sua obra. Como se deu essa orientação semântica e como você o define?

**Ismar de Oliveira Soares:** O neologismo Educomunicação foi usado, na década de 1980, pela UNESCO, como sinônimo de Educação Midiática (*Media Education* – na Europa, Austrália e Canadá), ou *Media Literacy* (nos Estados Unidos e Caribe). Na América Latina, falava-se em *Educación para los Medios*. Já no Brasil, era usual falar-se em Leitura Crítica da Comunicação. Na verdade o termo *Educommunication* tinha pouca serventia, pois não soava bem aos ouvidos dos especialistas provenientes das esferas do idioma inglês, que, no caso, preferiam usar dois substantivos acoplados, um qualificando o outro (*Media Education* = Educação para os Meios de Comunicação).

Pessoalmente, estou nesse campo desde os anos de 1970, trabalhando a partir do conceito de Leitura Crítica da Comunicação, num projeto de abrangência nacional, implementado pela UCBC – União Cristã Brasileira de Comunicação. Na década de 1980, chegamos a promover 60 cursos de curta duração por ano, atendendo prioritariamente os participantes dos Movimentos Sociais interessados em conhecer melhor o que, então, se denominada como “quarto poder”.

Foi, contudo, a partir de uma pesquisa do NCE – Núcleo de Comunicação e Educação da USP, realizada junto a 176 especialistas de 12 países da América Latina e Espanha, ocorrida entre 1997 e 1999, que identificamos que a Educação para a Comunicação, que se promovia em nosso continente voltava-se mais aos processos de comunicação do que propriamente ao universo midiático. Descobrimos, além disso, que se na Europa e demais países do Hemisfério Norte, a preocupação com os meios de informação e seus impactos adivinha da área educacional, na América Latina tais práticas interessavam mais às lideranças sociais que lutavam pela democracia, contra as ditaduras estabelecidas nos diferentes países, sob a suspeita de que a mídia estava veladamente associada aos opressores.

Passamos a entender, além disso, que o ponto de preocupação dos latino-americanos era, além de conhecer a mídia, apoderar-se dos recursos tecnológicos disponíveis na época – como a rádio, os meios impressos e o vídeo – para acesso a um público mais periférico em relação aos centros de poder, colocando-os a serviço das comunidades. Foi o que se denominou como “comunicação alternativa”, um conceito que se aproximaria com muita rapidez de outro similar, em suas funções: a “educação popular dialógica”.

Ao denominar de Educomunicação, a modalidade latino-americana de se analisar e produzir comunicação numa perspectiva dialógica e dialética, visando ampliar o coeficiente comunicativo das ações humanas, no contexto de ecossistemas comunicacionais democráticos e participativos, voltados à prática plena da cidadania, nos vimos diante de uma demanda prática e urgente: levar o conceito e sua filosofia a setores fortemente estruturados, como o da educação formal. Um ano depois da conclusão da pesquisa éramos convidados pela Prefeitura de São Paulo, para colaborar na redução da violência nas escolas da rede pública de educação. Nascia o Educom.rádio, que quatro anos depois havia formado 11 mil entre professores, alunos e membros das comunidades educativas de 455 escolas, para a prática educacional.

O que objetivava se alcançou: pela prática comunicativa, a violência dissipou-se e a herança do período de formação (2001 a 2004) transformou-se em cultura no interior da rede, realimentada pela Câmara Municipal que, em dezembro de 2014, havia criado a Lei Educom, ainda hoje em vigor. Passados 17 anos da introdução da prática, a Rede Municipal de Educação conta, na atualidade, com 750 projetos educacionais em suas escolas.

Em síntese, voltando à pergunta, posso adiantar que a especificidade do conceito que propomos remete à noção de campo emergente de práticas sociais, na interface entre a Comunicação e a Educação e que, para além da formação de audiências críticas em relação aos meios de informação, forma cidadãos que têm na comunicação e em sua gestão democrática um paradigma norteador de suas ações, em benefício de toda a comunidade onde estejam inseridos.

**REU:** A Escola de Comunicações e Artes oferece uma graduação em Educomunicação. Qual sua participação no projeto desse curso?

**Ismar de Oliveira Soares:** A Escola de Comunicações e Artes rejeitou, em 1994, a proposta de um de seus departamentos no sentido de criar um Bacharelado em Comunicação e Educação. Tal recusa motivou alguns docentes da Escola, a aprofundar suas reflexões sobre o tema. Foi então criado, em 1996, o Núcleo de Comunicação e Educação ao qual já nos referimos. O NCE assumiu a tarefa de produzir projetos fortes e significativos. Além do Educom.Rádio, promoveu o Educom.TV (o primeiro curso a distância da USP destinado a 2.500 professores do estado de São Paulo, tendo como meta introduzir a educomunicação no espaço de 1010 escolas do estado de São Paulo) e o Educom.Rádio.Centro Oeste (junto a 80 escolas em Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, formando 2500 agentes educacionais, entre 2005 e 2015, numa parceria com o MEC). Ainda com o MEC, o NCE desenvolveu, entre 2006 e 2012, o Programa Mídias na Educação, formando 6.500 professores no estado de São Paulo. O resultado destes diferentes trabalhos formativos foi levado às autoridades da Escola de Comunicações e Artes, como fundamento e justificativa para se criar, em 2009, a Licenciatura em Educomunicação. Entendeu a USP, que não havia mais o que esperar para reconhecer a emergência do novo campo, assumindo o papel que lhe competia: formar profissionais para atender as novas demandas na interface Comunicação e Educação. No curso, liderei a equipe que formulou o projeto. Implantado o curso, assumi sua coordenação, hoje entregue a uma equipe competente de professores, boa parte dos quais havia atuado nos diferentes projetos mantidos pelo NCE.

**REU:** Como você vê essa formação, isto é, a pertinência do educador para a sociedade brasileira? Em outras palavras: qual é a área de atuação profissional de um educador hoje no Brasil?

**Ismar de Oliveira Soares:** A pertinência do curso e sua aceitação deve-se ao reconhecimento, por parte de um considerável número de agentes culturais, pesquisadores e, até mesmo, jovens ingressantes na universidade, de que vivemos num momento da história em que a comunicação exerce papel decisivo na vivência humana e no encaminhamento dos processos educativos. Entendem estes segmentos que o sistema educacional necessita integrar aos seus parâmetros práticas formativas que, de um lado, priorizem a preparação

para o exercício do direito à comunicação, e, de outro, seja capaz de promover o uso adequado dos novos recursos disponibilizados pelas tecnologias, em benefício da sociedade como um todo. O educador pretendido pela USP é aquele em condições de exercer o seu trabalho, tanto como docente de comunicação no ensino básico, especialmente no Ensino Médio, quanto como assessor do poder público, ou mesmo como consultor para escolas, meios de comunicação e organizações dos diferentes setores que trabalham com comunicação educativa, ou, ainda, como um pesquisador a serviço da melhoria das práticas comunicacionais nos espaços educativos. Em qualquer uma dessas áreas laborais, a educadora e o educador são planejadores e facilitadores de processos de comunicação, trabalhando colaborativamente com os demais profissionais integrados ao espaço onde esteja exercendo sua atividade. Em outras palavras, são gestores de comunicação. Portanto, o educador não vem subtrair o lugar de outros profissionais, nem competir com eles, mas cabe-lhe oferecer aquilo de que os atuais sistemas educativos necessitam: um profissional centrado nas relações de comunicação, no interior de ecossistemas comunicativos, como podem ser considerados os espaços escolares. Sua função é a de tornar as relações de comunicação mais fluidas, horizontais e participativas, na linha de Paulo Freire. É a de batalhar pelo protagonismo comunicativo dos colegas docentes e dos próprios estudantes. Ainda que pensando a educação em sua integralidade, age a partir dos pressupostos da Pedagogia de Projetos, na linha de John Dewey. É importante lembrar que a função do educador já vem sendo exercida, em parte, há várias décadas, especialmente no espaço da educação não formal, tendo chegado às escolas por intermédio de pioneiros autodidatas que, a seu modo, introduziram as linguagens da comunicação tais como o rádio, o vídeo, a dança, a música e a comunicação digital, nos trabalhos escolares, promovendo, além do mais, o exercício de análise circunstanciada da comunicação advinda da Mídia. Cabe à Universidade dar a formação acadêmica indispensável para legitimar sua atuação nos ambientes que exigem formação universitária.

**REU:** A oferta de trabalho para os educadores pode ser beneficiada com o aumento dos investimentos em Ensino a Distância? Por que?

**Ismar de Oliveira Soares:** O ensino a distância se constitui num dos núcleos temáticos do programa da Licenciatura em Educomunicação, com duas disciplinas específicas no currículo. Incentivamos nossos alunos a planejarem programas e cursos em EaD e a buscar a justa medida no volume de dados a serem disponibilizados aos alunos. Temos como certo que não existe equivalência absoluta entre as modalidades presencial e a distância, pois cada uma tem suas características. Nesse sentido, trabalhamos o ensino a distância não exatamente como uma oportunidade de lucros para as empresas promotoras, mas especialmente como uma oportunidade de acesso ao conhecimento para os alunos que não tenham condições de acessar ao ensino presencial ou, mesmo, tenham preferência por esta modalidade de ensino, pelas conveniências que oferece. Em outras palavras, entendemos que o ensino a distância tem valores que necessitam ser preservados, em benefício do público a que se destina. Nessas condições, acreditamos que o ensino a distância possa vir a ser espaço privilegiado para a ação dos educadores.

**REU:** Há quem defenda o ato presencial como insubstituível tanto na educação como na produção comunicacional. O que você pensa sobre isso?

**Ismar de Oliveira Soares:** Existe certo temor, junto aos nossos especialistas, a respeito da maneira como o mercado educacional vem adotando as práticas de educação a distância. O que a Licenciatura defende são cursos semipresenciais, que permitam aos alunos encontros periódicos entre si e com os seus professores. O ponto forte da formação oferecida pela Licenciatura foca o papel do tutor, como mediador de processos de aprendizagem. Na verdade, boa parte dos programas de ensino a distância minimiza a figura do tutor, descaracterizando-o como docente, ao atribuir-lhe o papel de mero facilitador para resolver problemas pontuais dos alunos, no processo de ensino-aprendizagem, ou mesmo realizar controles de frequência. Defendemos, pois, a perspectiva de que o ato presencial seja contemplado nos programas online.

**REU:** A interface comunicação e educação ganha contornos mais fortes com o desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação. Mas essa relação já era trabalhada na sua pesquisa em momento anterior, como você observa esses dois períodos tão próximos, ao mesmo tempo, tecnicamente tão diversos?

**Ismar de Oliveira Soares:** Num primeiro momento (falamos das décadas finais do século XX), as tecnologias analógicas da comunicação, representadas pelos denominados “meios massivos” (imprensa, rádio e televisão) foram vistas pelos educadores sob duas perspectivas: de um lado, como um conjunto de recursos que alcançavam os alunos em seus cotidianos, afastando-os dos valores preconizados pelos sistemas de ensino, ao converter as crianças e jovens em vorazes consumidores, pelo que deveriam ser combatidos; ou, numa perspectiva programática, como um conjunto de recursos potencialmente férteis para a melhoria da didática, pelo que deveriam ser integrados ao cotidiano da escola, alimentando projetos como imprensa escolar, rádios comunitárias, produção artesanal de vídeos. Eram as denominadas tecnologias educativas. As duas visões conviveram entre si, lado a lado, sem afetar substancialmente as políticas que definiam ou sustentavam os sistemas de ensino. Apenas grupos isolados preocupavam-se com o tema. Com o advento das tecnologias digitais, a partir da última década do século XX e início do século XXI, as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) converteram-se em condição civilizatória. Estamos nelas imersos. Recente pesquisa do Comitê Gestor da Internet no Brasil deu conta, por exemplo, de que 60% dos alunos das escolas do campo, apesar de se apresentarem como os mais pobres dos segmentos estudantis do país, já dispõem de acesso à Internet, via celular. A questão nova que se coloca diz respeito ao fato dos sistemas de informação trazer embutidos em suas ofertas de conectividade modelos de apropriação e uso que favorecem atitudes pouco educativas como o individualismo, a formação de guetos culturais e a competição. Uma nova era havia surgido, e já não seria permitido à escola e aos educadores desconhecerem tal realidade. O que a Educomunicação tem feito é promover um diálogo sobre a nova realidade, oferecendo seus parâmetros de análise para estudar o novo cenário. Defendemos que o sistema escolar favoreça o acesso às tecnologias e que elas sejam usadas para fortalecer os laços entre as pessoas, facilitando a implementação de práticas solidárias, voltados para interesses coletivos.

**REU:** A Educomunicação como parte de propostas de formação do ensino médio já é conhecida. Em que outros espaços ou momentos da formação, ela poderia trazer alternativas pertinentes? Existem exemplos?

**Ismar de Oliveira Soares:** Quando, em 2001, recebemos a missão de colaborar para a redução da violência nas escolas paulistanas, através da Educomunicação, delimitamos nosso atendimento aos professores e alunos da quarta à oitava série do ensino fundamental. Entendíamos que os menores não teriam repertório suficiente para trabalhar com as linguagens audiovisuais. Pois bem, no ano de 2010, fomos surpreendidos com a decisão da Secretaria de Educação do Município de levar o paradigma da Educomunicação ao ensino infantil. Eu mesmo, ao visitar uma das escolas da Diretoria Regional de Ensino de Campo Limpo, em 2013, fui entrevistado por uma menina de seis anos, e fotografado por outra de quatro anos. As duas procediam a uma “cobertura educ comunicativa” de um evento da DRE, que discutia justamente o acesso do novo conceito a todas as faixas de ensino da rede pública. Diante do fato, o que tenho a dizer é que a Educomunicação não é simplesmente uma alternativa didática (um novo estilo de ensinar), mas um paradigma conceitual, aplicável a todas as circunstâncias e a qualquer público, desde que os objetivos e as metodologias sejam coerentes com o ideário desta nova prática. Exemplos de investimentos em Educomunicação, na perspectiva defendida pelo NCE/USP, podem ser encontrados em redes complexas de ensino, como é o caso das escolas das Irmãs Salesianas, em 70 diferentes países. A expansão do conceito da Educomunicação, nessa rede, deu-se a partir de um seminário que reuniu em Caracas, Venezuela, 54 coordenadoras pedagógicas de escolas das três Américas, no ano 2000, momento em que, pela primeira vez, nos foi possível socializar os resultados da pesquisa do NCE/USP (1997-1999), para grupo de educadores fora da Universidade.

**REU:** Qual sua opinião sobre o projeto da Univesp TV?

**Ismar de Oliveira Soares:** A Universidade Virtual do Estado de São Paulo é um canal digital da Fundação Padre Anchieta, que estreou no dia 26 de agosto de 2009, com o objetivo de ampliar o acesso e expandir o ensino superior público gratuito no Estado de São Paulo. Em termos técnicos, a criação da Univesp TV representou uma iniciativa pioneira, pois foi o primeiro caso de divisão da banda digital de uma emissora, no Brasil, para exibição de programações diferentes. Encontra-se em processo de expansão nacional. É vista, por exemplo, em Belém (PA), chegando igualmente a Manaus (AM). A Univesp TV apresenta-se, ao lado da USP, UNESP e UNICAMP, como a 4ª Universidade Pública Paulista. O portal da Univesp informa sobre a oferta de cursos de graduação nas áreas de Licenciatura em Ciências Naturais, Matemática, Engenharia de Computação e Engenharia de Produção, entre outros. Na mesma linha de prestação de serviços é disponibilizado o *cmiais+*, um portal de conteúdo da área da Cultura e que reúne os canais TV Cultura, UnivespTV, MultiCultura.TV, Rá-Tim-Bum!, além das emissoras radiofônicas vinculadas à Fundação, sendo acessível no site <<http://univesptv.cmais.com.br/cursos>>. A iniciativa é das mais urgentes e meritórias, pois pretende atender um público que não teria condições de acesso a cursos regulares regidos pelas universidades presenciais. Trata-se, contudo, de um projeto em construção, baseado, na maior parte de suas produções, na didática da aula expositiva tradicional. Entendemos que processos avaliativos que levem em conta a reação dos telespectadores ao que é oferecido poderão colaborar com as universidades responsáveis pelos conteúdos para uma melhor adequação da produção à linguagem televisiva.

**REU:** O comunicador, de forma geral, tem responsabilidade na educação/formação do cidadão? Por que?

**Ismar de Oliveira Soares:** Se é certo que todos contribuímos, de uma forma ou de outra, para a formação dos que nos cercam, o que dizer da presença, em nosso cotidiano, no interior de nossos quartos de dormir, de poderosos e sedutores meios de comunicação. Hoje, rejeita-se a “teoria dos efeitos”, que garantia existir uma incidência imediata das mensagens midiáticas sobre seu público. Acredita-se na atualidade que os receptores, mesmo jovens, têm como reagir e reelaborar o que recebem de acordo com outros referenciais, advindos da família, da escola, dos grupos de amigos, da religião. A questão, na verdade, situa-se no âmbito da cultura que se hegemoniza, naturalizando preconceitos e distorcendo a realidade, como se comprova, no presente instante, com a difusão das chamadas *fake news*. Contra esta realidade pervertida, muitos comunicadores se insurgem ou mesmo se organizam, como ocorre, no Brasil, com os responsáveis pela organização denominada ANDI – Comunicação e Direitos que publicou um manual denominado “Guia de monitoramento: Violações de direitos na mídia brasileira”. No volume III, deste manual, são apresentados os dados de pesquisa realizada em programas de rádio e TV das cinco regiões brasileiras, acusando níveis preocupantes de violações de direitos e de infrações a leis e a normas autorregulatórias do campo midiático, abrindo amplo debate sobre o fazer jornalístico — seus limites e responsabilidades <<http://www.andi.org.br/node/61646>>. Outra instituição preocupada com a formação do cidadão em relação aos meios de comunicação é a UNESCO, que propõe que as escolas introduzam em seus currículos programas de formação para uma recepção crítica e responsável das mensagens midiáticas. No Brasil trabalhamos com o conceito da Educomunicação, uma prática que parte do princípio de que todos temos direito a nos comunicar e a conhecer a comunicação que mercadologicamente é produzida para dirigir nossos hábitos de consumo.

Ismar de Oliveira Soares – Professor Titular Sênior da ECA/USP | São Paulo | Fundador do NCE – Núcleo de Comunicação e Educação da USP | Presidente da ABPEducom – Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais da Educomunicação | Membro do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional (2015-2017).

Revista de Estudos Universitários – REU – Mara Rovida – Universidade de Sorocaba – UNISO | Sorocaba | São Paulo. Contato: mara.rovida@prof.uniso.br

**REU:** Como foi o processo de nomeação para substituir o primeiro coordenador da Comissão? Que impacto essa experiência à frente da CNV teve para sua vida pessoal e profissional?

**Pedro Dallari:** Tendo em vista a renúncia do Dr. Cláudio Fontelles de sua condição de membro da CNV, fui convidado pela Presidente Dilma Rousseff para substituí-lo. Aceitei prontamente o honroso convite, que me possibilitou dar continuidade à minha atividade na esfera pública. A experiência foi pessoalmente muito marcante.

**REU:** Sua preocupação com a metodologia e o prazo para a entrega do relatório é notória em entrevistas anteriores. Mas você considera que o plano de trabalho foi cumprido nesses 32 meses? Foi suficiente ou seria preciso mais tempo? Por quê?

**Pedro Dallari:** Sempre é possível, havendo mais tempo, estender-se a investigação sobre algum tema. No caso da CNV, isso também seria possível. Mas, creio que o tempo foi adequado, até mesmo porque a comissão sempre teve clara noção de que não iria esgotar o tratamento dos assuntos investigados e que, a partir do relatório que produzisse, outras iniciativas iriam complementar o trabalho realizado, o que efetivamente vem ocorrendo, especialmente no âmbito acadêmico.

**REU:** A CNV foi criada por meio de uma lei, portanto, as atividades desenvolvidas pelos membros da Comissão tinham uma diretriz bastante específica. Você ressalta o respaldo que isso trouxe para a equipe, mas tal formatação das investigações não implicou em certa limitação? Como vocês resolveram questões pertinentes que não poderiam ser contempladas como a censura, por exemplo?

**Pedro Dallari:** A lei que instituiu a CNV deu claro balizamento às ações da comissão. O fato de haver certa limitação do escopo, se, de um lado, pode realmente ter acarretado em certa limitação, de outro, evitou que a ampliação excessiva do objeto da investigação acabasse por inviabilizar a produção de um relatório mais objetivo e consistente. Creio que a orientação dada pela lei foi benéfica.

**REU:** Se fosse possível dar continuidade aos trabalhos, seja por comissões de seguimento ou por um hipotético novo projeto que reestabelece a CNV, qual seria a próxima etapa?

**Pedro Dallari:** Sem dúvida alguma, deveria haver a concentração na busca de informações e, se possível, da localização dos restos mortais das pessoas desaparecidas. Avançou-se pouco nesse âmbito, em função da resistência das Forças Armadas.

**REU:** O desfecho de 33 histórias foi alterado pelas investigações da Comissão, mas ainda restam mais de duas centenas de desaparecidos. Existe algum esforço, compatível com os trabalhos da comissão, em andamento no sentido de localizar essas pessoas? Há alguma expectativa em relação a isso?

**Pedro Dallari:** Como salientei na resposta anterior, esta deve ser a prioridade. Penso que a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, do governo federal, já existente, possa ser fortalecida de modo a ter as condições para dar seguimento às investigações sobre os desaparecidos.

**REU:** A controvérsia em relação ao entendimento da Lei da Anistia e o que está previsto em parte das recomendações apresentadas no relatório final da Comissão parece longe de ser resolvida. Você costuma falar em reinterpretação dessa lei, seria possível explicar melhor essa ideia? Além disso, como essa reinterpretação impactaria as indenizações já pagas pelo Estado Brasileiro?

**Pedro Dallari:** Não sendo órgão formalmente dotado de atribuições de caráter jurídico ou jurisdicional, não caberia à CNV entrar no mérito da Lei de Anistia. O que se fixou no relatório foi a orientação de que deveria ser afastado qualquer obstáculo à responsabilização criminal, civil e administrativa dos que deram causa às graves violações de direitos humanos apuradas pela comissão. Pessoalmente, entendo que os crimes praticados por agentes do Estado não podem ser considerados crimes políticos, não sendo extensível a esses agentes, portanto, a cobertura dada pela Lei de Anistia. Essa interpretação, que possibilitaria a responsabilização dos agentes do Estado, em nada impactaria as indenizações já pagas pelo Estado brasileiro a vítimas da repressão ou a seus familiares.

**REU:** Como você considera a cobertura da imprensa brasileira sobre os trabalhos da CNV, tanto do ponto de vista do espaço dado como da forma com que o tema foi tratado?

**Pedro Dallari:** Acho que foi positiva, tanto no conteúdo como pelo espaço oferecido. Houve boa cobertura, inclusive pelas emissoras de televisão, o que possibilitou a ampla disseminação do trabalho e do relatório da CNV.

**REU:** Passados pouco mais de dois anos do encerramento da Comissão, que influências já podem ser observadas no debate sobre os Direitos Humanos e sobre o período histórico da ditadura militar na sociedade brasileira?

**Pedro Dallari:** Por um lado, a influência é positiva, pois, em que pese o quadro de crise política e de clara insatisfação com os políticos, não se vislumbra base social capaz de dar viabilidade à hipótese de restauração da ditadura. E isso se deve, em parte, ao trabalho da CNV de divulgação dos horrores perpetrados pelo regime militar. Mas, por outro lado, a ausência de compromisso dos governos dos diferentes níveis da Federação, com a implementação das 29 recomendações da CNV, tem evitado que o respeito aos direitos humanos se torne critério efetivo de parametrização das políticas públicas e da ação do Estado.

**REU:** É possível atestar de alguma maneira que o trabalho da CNV já teve repercussões no sentido de evitar ou coibir práticas de tortura e demais violações dos Direitos Humanos no Brasil? Você poderia exemplificar?

**Pedro Dallari:** As medidas contra a prática da tortura, adotadas no governo Dilma Rouseff ainda durante o curso dos trabalhos da CNV, são um bom exemplo de iniciativa alinhada com o trabalho desenvolvido pela comissão. Mas, como salientei na resposta à questão anterior, o avanço poderia ter sido muito maior se o Poder Público desse efetividade às recomendações da CNV.

**REU:** A reconciliação e o fim do estigma que afeta a imagem dos militares no Brasil pode ser considerada uma possibilidade real num futuro próximo? Como você enxerga isso? Qual a importância desse movimento para a sociedade brasileira?

**Pedro Dallari:** Enquanto as Forças Armadas continuarem a negar sua responsabilidade institucional pela ocorrência das graves violações de direitos humanos do período da ditadura, a reconciliação não se dará na plenitude e os militares continuarão a se constituir em setor que, embora respeitado pela sociedade, é claramente segregado. Creio ser fundamental o reconhecimento do que efetivamente ocorreu, para que não haja qualquer dúvida quanto ao compromisso dos militares com a democracia.

**REU:** No Brasil, ainda há quem desconsidere a pertinência dos Direitos Humanos. A parcela da população que se sente representada por parlamentares bufões que reverenciam torturados listados pela CNV apresenta um entendimento bastante distorcido dos Direitos Humanos. Será possível mudar esse quadro com a publicização de realidades como as que fazem parte do relatório da CNV? De que forma isso poderia ser realizado? Aliás, você acha que os crimes descritos no relatório foram suficientemente noticiados?

**Pedro Dallari:** Mesmo nas sociedades tidas como politicamente mais evoluídas, esse tipo de postura retrógrada existe. O importante é evitar que haja o crescimento da parcela da população ideologicamente descomprometida com o respeito aos direitos humanos. Isso se consegue com educação e com a disseminação de informações. A divulgação do relatório da CNV é uma das maneiras de se perseguir esse objetivo.

**REU:** No caso Paulo Malhães<sup>2</sup>, houve a decisão de não enfrentar o Ministério Público para evitar publicidade negativa. A imagem da CNV junto a sociedade brasileira era uma preocupação constante? Por quê? Qual a importância de ganhar e manter a simpatia do público e o espaço na grande imprensa?

**Pedro Dallari:** A preocupação com a apuração dos horrores da ditadura e com a promoção dos direitos humanos guiou as atividades da CNV o tempo todo. Assim, a comissão procurou evitar que eventuais divergências pontuais com outros organismos imbuídos do mesmo propósito pudessem gerar problema para a compreensão da sociedade sobre a finalidade e o mérito do trabalho conjuntamente desenvolvido.

**REU:** Havia algum tipo de diretriz para orientar a relação da Comissão com a imprensa? Se sim, como isso era desenvolvido?

**Pedro Dallari:** Na medida em que a CNV identificou a disponibilidade da imprensa para dar repercussão ao trabalho de investigação que vinha sendo conduzido, passou a

---

<sup>2</sup> O coronel reformado Pedro Malhães prestou depoimento à Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 25 de março de 2014, quando deu detalhes das práticas de tortura desenvolvidas pelos agentes militares durante a Ditadura Brasileira. Em 24 de maio de 2014, Malhães foi assassinado em circunstâncias que deixaram dúvidas. A Polícia Civil do Rio de Janeiro considerou o caso como latrocínio.

se organizar de modo a atender da melhor forma possível essa expectativa. Um exemplo de iniciativa nesse sentido foi a entrega antecipada (em 48 horas) do relatório da comissão aos veículos de comunicação, com o compromisso de embargo de sua divulgação, até o evento oficial de apresentação. Isso permitiu que a imprensa examinasse adequadamente as quase quatro mil páginas do documento e pudesse preparar matérias mais robustas para veiculação no dia da entrega à Presidente da República.

Pedro B. A. Dallari – Universidade de São Paulo - USP | São Paulo | SP | Brasil.

Revista de Estudos Universitários – REU – Mara Rovida Martini  
– Universidade de Sorocaba - UNISO | Sorocaba | SP | Brasil.  
Contato: mara.rovida@prof.uniso.br